



Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Ata da Reunião de 16/12/2016

Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, na Sede da Junta de Freguesia, à Rua D. António Ferreira Gomes, número trezentos e sessenta e cinco, convocada ao abrigo do artigo número décimo primeiro da Lei número setenta e cinco, de doze de Setembro de dois mil e treze, com a seguinte Ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Tomada de posse de um elemento da Assembleia, na sequência da apresentação de um pedido de suspensão de mandato, apresentado na reunião anterior; -----

Ponto dois: Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior; -----

Ponto três: Discussão e votação do Regulamento dos Cemitérios; -----

Ponto quatro: Discussão e votação da alteração ao Regulamento das taxas, no que diz respeito aos incumprimentos; -----

Ponto cinco: Deliberação sobre congelamento da atualização das taxas para dois mil e dezassete, de acordo com a Deliberação da Junta de Freguesia; -----

Ponto seis: Discussão e votação do Mapa de Pessoal, Plano de Atividades, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para dois mil e dezassete; -----

Ponto sete: Relatório de Atividades da Junta. -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia: Raul Conceição Santos, Helena Isabel da Rocha Oliveira, André Adolfo da Silva Teixeira, António Joaquim Tavares Queijo, Diogo Augusto Rebelo Pereira Marquez, Diva Joana Silva Ribeiro, João Fernando da Costa Morgado, Manuel Augusto Dias, Olga Maria Beselga Parchão Trabulo, Paulo Alexandre da Silva Moreira de Sousa. Verificaram-se, também, as seguintes substituições, ao abrigo do artigo número setenta e oito da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, com a redação dada pela Lei número Cinco – A, de onze de Janeiro de dois mil e dois: dos elementos eleitos pela Coligação Democrática Unitária



(doravante designada de CDU) Avelino Ferreira de Almeida por Carlos Alberto Coutinho e João Pedro Luís de Queirós por Sílvia Manuela Moreira da Silva; do Partido Social Democrata (doravante designado de PSD) Carlos Manuel da Sousa Santos por Vasco Filipe Moreira, Isabel Maria Miranda Martins por Marta Isabel Dias Inverneiro, e Luís António Dias Vasques por Manuel da Costa Coelho; do Partido Socialista (doravante designado de PS) Claudino Fernandes da Custódia por António Alberto Sousa, Daniela Luísa Costa por Pedro Miguel Oliveira Sousa; e do Bloco de Esquerda (doravante designado de BE) José Carlos Gomes por Luís Santos. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Raul Santos, deu início à sessão saudando todos os presentes, passando às informações, entre Assembleias, a saber: requerimentos do PS à Junta de Freguesia e respetiva resposta, já enviada para os Membros do Executivo, por mail; sobre a Moção aprovada na última Assembleia, que pedia uma reunião com o Ministro da Educação, já houve correspondência trocada, estando a aguardar resposta do Ministério; sobre os cento e oitenta anos de Valongo a Concelho, um convite dirigido ao Presidente da Assembleia para fazer parte da Comissão de Honra, tendo estado presente nas duas sessões já realizadas; e um convite da Casa do Povo de Ermesinde, para a comemoração dos seus setenta e cinco anos, na qual esteve presente em representação da Assembleia de Freguesia. -----

Posto isto, Raul Santos, deu a palavra ao Público. Como não houve inscrições e para que a Assembleia pudesse funcionar com todos os Membros nos seus plenos direitos, o Presidente da Mesa, Raul Santos passou ao Ponto um da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto um: Tomada de posse de um elemento da Assembleia, na sequência da apresentação de um pedido de suspensão de mandato, apresentado na reunião anterior. -----

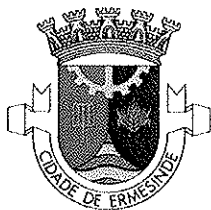
Raul Santos relembra que a tomada de posse de Ângela Bragança, em substituição do Membro Carlos Oliveira, do PSD, deveria ter ocorrido na última Assembleia, mas por motivos justificáveis não foi possível. Após a leitura da Ata da Tomada de Posse, esta foi assinada por Ângela Bragança. Raul Santos felicitou-a, deixando votos de bom trabalho. -----

O Presidente da Mesa, Raul Santos, deu, então, a palavra aos Membros da Assembleia. Pedro Sousa (PS) tomou a palavra para propor um Voto de Louvor à Casa do Povo de Ermesinde, que tem desenvolvido, ao longo dos seus setenta e cinco anos, as mais variadas atividades, sendo de salientar as de caráter social, cultural e desportivo. Por ser um motivo de orgulho para a nossa cidade e prestar um valoroso serviço à Comunidade nas suas diversas valências, o PS propõe que a Assembleia de Freguesia de Ermesinde atribua um Voto de Louvor à Casa do



JP. *[Handwritten signature]*
AA

Povo de Ermesinde, como reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo dos seus setenta e cinco anos (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número um**, fazendo parte integrante da mesma). Seguidamente Carlos Coutinho (CDU) tomou a palavra para se referir à má “poda” das árvores junto dos espaços públicos de Ermesinde. Apesar de todas as tentativas, o património arbóreo nos espaços públicos continua a degradar-se. Refere que no ano passado, talvez na sequência da intervenção da CDU e pedidos na Câmara Municipal de Valongo, houve uma espécie de trégua, tendo as árvores sido deixadas em paz. Com a transferência para a Junta de Freguesia da responsabilidade por esta tarefa ficaram com a esperança de que tais práticas teriam fim. Mas a verdade é que a má vontade contra as árvores parece recrudescer, e o mais lamentável é ter começado por um dos locais onde mais era preciso levar a cabo largos trabalhos de arborização séria e tecnicamente fundamentada - a Avenida João de Deus. Referindo também o alastrar de jardins de pedra, em detrimento de espaços verdes, o que implica menos área para a infiltração das águas das chuvas, que conduz a consequências desastrosas. Questionando, então, onde estão as preocupações ambientais, de desenvolvimento sustentável, de perspetivas holísticas e integradas, plasmadas no plano da Junta, que serão objeto de discussão e votação nesta reunião, concluindo que são apenas frases bonitas mas vazias, sem qualquer correspondência, nem no orçamento, nem nas práticas. Pede à Junta que adote uma atitude diferente. Pois segundo o próprio, é necessário conservar os espaços verdes que existem, aproveitando o outono e o inverno para regenerá-los, plantando mais árvores nas nossas ruas, praças e jardins, escolhendo espécies adequadas a cada situação e deixá-las crescer na sua forma natural (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número dois**, fazendo parte integrante da mesma). Diogo Marquez (PSD) tomou a palavra referindo-se à intervenção do PS, feita na última reunião, acerca do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (doravante designado de PEDU), na Freguesia de Ermesinde para dois mil e dezasseis dois mil e vinte. Lembra que o PS afirmou não haver nenhuma atitude discriminatória do atual Executivo do Município de Valongo com os Ermesindenses, mas que no que diz respeito à Prioridade de Investimento “Regeneração Urbana”, a Freguesia de Ermesinde não receberá nenhum investimento do Norte vinte vinte. Isto porque a Freguesia não tem enquadramento de investimento nesta prioridade, não por negligência do atual Executivo de Valongo, nem por opção política. Continua, afirmando que na verdade, o atual Executivo desenvolveu a candidatura ao PEDU de forma egoísta, ignorando que o Concelho é constituído por mais partes interessadas para além da própria Câmara, como



as Juntas de Freguesia. Como suporte, a Câmara procurou apoio externo através de uma empresa, cujo relatório afirma que Ermesinde foi objeto de um número significativo de ações de investimentos no âmbito dos últimos quadros comunitários, motivo pelo qual, neste novo ciclo de investimentos, a intervenção do PEDU de Valongo, irá focar-se em Valongo. Considerando que o ultimo ciclo de investimentos foi há cerca de vinte anos, o PSD entende que as afirmações do PS são dúbias. O PSD não procura discutir o papel defensor que o PS apresenta nesta Assembleia de Freguesia em relação ao atual Executivo Camarário, também do PS; mas sim entender que papel pretende desempenhar na defesa dos interesses dos Ermesindenses. Existirá uma reprogramação do investimento em dois mil e dezasseis, onde Ermesinde deve ser enquadrado e para o qual esta Assembleia e todos os que a representam devem lutar natural (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número três**, fazendo parte integrante da mesma). Luís Santos (BE) interveio de seguida relembrando que foi há quarenta anos que se realizaram as primeiras eleições livres para as Autarquias Locais. Foi há quarenta anos que, pela primeira vez, as mulheres puderam eleger e ser eleitas sem restrições associadas à sua situação familiar, profissional ou outras. Apesar das transformações positivas que as Autarquias introduziram nas infraestruturas locais ou nos apoios sociais, o seu papel não tem sido suficientemente reconhecido pelo Estado, que persiste numa atuação centralista. A exigência das populações é que as Autarquias respondam cada vez melhor aos problemas sociais, sejam transparentes na sua atuação, aprofundem a participação pública e democracia local. É necessário mais competências e os adequados meios financeiros. Assim, a Assembleia delibera saudar os quarenta anos do poder local democrático, reclamar a atribuição às Autarquias de mais competências com o correspondente financiamento e salientar a importância da maior participação cidadã nas Autarquias e o reforço da democracia local (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número quatro**, fazendo parte integrante da mesma). Diva Ribeiro (PS) tomou a palavra para pedir alguns esclarecimentos acerca do quadro IV da Síntese de Execução Orçamental do primeiro Semestre de dois mil e dezasseis, aproveitando para deixar algumas recomendações (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número cinco**, fazendo parte integrante da mesma). Continua respondendo à intervenção de Diogo Marquez, sobre o PEDU, começando por afirmar que não leram os requisitos do Plano, caso contrário reparavam que tudo o que tinha dito na última Assembleia era a aplicação da lei. A Câmara foi responsável e consciente dada a restrição orçamental que tem, uma vez que tem que compartilhar com os



Handwritten signature and initials.

quinze por cento. Para além do PEDU, que usa fundos comunitários, a Câmara tem concorrido a outros fundos comunitários: a Loja do Cidadão tem um investimento de um milhão de euros, em que setecentos mil euros são de fundos comunitários e para o ano a Câmara vai investir cinco milhões de euros na Freguesia de Ermesinde, sendo que quatro milhões são fundos comunitários. O PS faz o acompanhamento do trabalho da Câmara, não estando a defender mas sim esclarecer, visto que o PSD está reiteradamente a tentar enganar os Ermesindenses.

Sílvia Silva (CDU) começa a sua intervenção afirmando que o recente anúncio sobre a expropriação do Campo de Jogos do Ermesinde Sport Clube Mil Novecentos e Trinta e Seis (doravante designado por ESC) veio pôr fim a um longo processo de dúvidas sobre duas questões importantes para a CDU: o ponto final na previsível construção habitacional quer nos Montes da Costa, quer no espaço onde desde sempre o ESC praticou a sua principal atividades desportiva; e o assumir da responsabilidade por parte do Executivo Camarário, de que a Cidade de Ermesinde irá beneficiar de um espaço municipal digno para a prática desportiva. Assim, saúdam a Câmara Municipal e a atual Direção do ESC, pela sua paciência e luta constante (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número seis**, fazendo parte integrante da mesma). Marta Inverneiro (PSD) tomou a palavra para se referir às comemorações do Natal, que irão decorrer ao longo de dez dias, recheados de participação, quer das associações quer de artistas de renome, que vão encher o Largo da Estação de vida e alegria. Esta atividade vinca a qualidade e originalidade a que já nos fomos habituando. Prova-se, também, a confiança depositada pelo Comércio Local, uma vez que para além da Associação Industrial e Empresarial de Valongo, associaram-se mais de noventa empresas locais. Algo que se consegue através de muito trabalho, dedicação e proximidade que esta Junta de Freguesia tem sabido incutir e desenvolver. Assim, o Comércio Local, os Ermesindenses e a Junta de Freguesia e seus colaboradores estão de parabéns (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número sete**, fazendo parte integrante da mesma). De seguida tomou a palavra João Morgado (PS) afirmando que sabem que os festejos de Natal, organizados e da responsabilidade da Junta de Freguesia, se iniciaram dia catorze e terminarão dia vinte e três. Afirmo, também, que sabem que o Presidente da Junta justificará não ter dinheiro para realizar outros eventos, eventos estes que o PS entende serem unicamente escolhas políticas. Todos associamos o Natal ao frenesim das compras, à entrada e saída das pessoas dos estabelecimentos, ao passeio pelas ruas, à música e à iluminação, de tal forma que parece não ser mais possível que o Centro de Ermesinde não se ilumine durante a



quadra natalícia. Os eventos terminam dia vinte e três, pelo que no dia seguinte as pessoas farão compras já sem qualquer ambiente natalício. Nesta época, a beleza das cidades mede-se pela iluminação natalícia. Termina afirmando que Ermesinde está triste e apagada e pior ficará depois do dia vinte e três de Dezembro, o que lamentam (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número oito**, fazendo parte integrante da mesma). Tavares Queijo (PS) começa a sua intervenção felicitando a Câmara Municipal de Valongo e o seu Presidente e respetivo Executivo pela forma assinalável como vão resolvendo os problemas da nossa cidade, como os de agora, da Escola Secundária de Ermesinde (doravante designada por ESE) e do Estádio de Sonhos. Relativamente à ESE, a requalificação vai avançar depois de ter sido travada durante anos. Foi graças à persistência e serenidade da Câmara Municipal de Valongo que se conseguiu um acordo com o Governo para a requalificação. Relativamente ao Estádio, no passado dia sete de dezembro, pelas dez horas, a Câmara Municipal tomou posse administrativa deste equipamento. Agora já não é necessário perder-se este equipamento ou o dos Montes da Costa, o circuito de manutenção, demolir o lavadouro da Rua de Chãos ou alterar a nascente do Rio Tinto. Termina lamentando que o Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde não tenha estado presente na Tomada de Posse (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número nove**, fazendo parte integrante da mesma). Diogo Marquez (PSD) tomou a palavra para afirmar que dizer que Ermesinde não se enquadrava no PEDU é uma opção. Não concorda que digam que a zona do Leça não é uma zona ribeirinha porque não está numa malha urbana, porque a zona de rio Leça que conhece está numa malha urbana, pelo menos na sua definição. Passando para a ESE, quase que não conseguíamos financiamento por opção de não participação da Câmara, mas ainda bem que se o fez, sendo de facto uma grande notícia. Termina referindo que a expropriação do Estádio de Sonhos é uma boa notícia, mas aguardarão para ver por quanto ficará. -----

O Presidente da Mesa, Raul Santos, deu a palavra ao Presidente da Junta, Luís Ramalho, para que este respondesse aos Membros da Assembleia. Luís Ramalho, após saudar todos os presentes, refere-se à crítica apresentada pela CDU, afirmando que no ano passado, na época das podas, a competência já era da Junta de Freguesia. Lamenta se o desaponta mas a poda só não foi mais eficaz por falta de recursos. É, então, mentira que no ano anterior, na sequência da intervenção da CDU e pedidos à Câmara, tenha havido uma espécie de trégua. Continua referindo que chamar “má vontade contra as árvores” é um bocado abusivo. O que houve foi uma série de erros sucessivos, que continuam a custar muito caro, porque, por exemplo, é

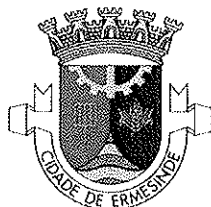


inconcebível que no ano a seguir a uma poda radical, os ramos entrem pelas janelas, como na Rua Miguel Bombarda, ou na Avenida João de Deus, em que uma árvore abraça um abrigo de uma paragem de autocarro. Esta zona nunca deveria ter as espécies de árvores que lá foram plantadas, nos espaços que lhes foram destinados, mas sabemos que nos anos oitenta, noventa e dois mil, houve opções urbanísticas em que as zonas sobranes eram destinadas a espaços simpaticamente chamados ajardinados, que não têm condições para o ser. Os jardineiros adoram fazer podas radicais, porque é rápido e “limpinho”, mas elas só acontecerão quando não existir hipótese de uma poda diferente. Continua afirmando que um jardim só é transformado num jardim de pedra quando não tem infraestruturas que permitam outro tipo de espaço ajardinado, porque vivemos num conceito urbano de tal forma que as pessoas esperam que um jardim seja com relvado verde e viçoso, que só é possível se tiverem um sistema de rega implantado. Referindo-se ao pedido de adoção de uma “atitude diferente desta”, afirma que sempre que possível vão evitar as podas radicais, trabalho que tem desenvolvido junto dos jardineiros. Termina dizendo que são precisos recursos, e os recursos custam dinheiro, sendo que não tem de ser a Junta a suportá-los, porque a lei é clara: o Município devia transferir os recursos capazes e suficientes para o exercício daquelas competências. É preciso mudar a atitude mas vai levar tempo, porque vai passar por substituir espécies plantadas durante trinta anos e fazer entender as pessoas que quantas mais podas radicais se fizerem, mais sofrem os passeios, mais sofre a árvore e o risco de queda é maior – as pessoas não querem saber, só não querem que folhas lhes entrem no pátio ou em casa (queixa que já receberam). Respondendo à intervenção de João Morgado (PS) diz também lamentar que a cidade não esteja toda iluminada, como lamenta que o Município, mais um ano, tenha organizado a Vila Natal sem o ter organizado com a Freguesia. Não é verdade que as festividades comecem a catorze e terminem a vinte e três de Dezembro. Elas começaram mais cedo com a decoração dos espaços das rotundas, sendo que o programa “Ermesinde festeja o Natal” é que termina a vinte e três, o que faz com que tudo saia do Largo da Estação. Durante todo o ano já se sabia que se ia fazer este programa e não houve nenhuma sugestão, nem por parte do Membro João Morgado, que até há pouco tempo fazia parte do Executivo, nem por outro Membro do PS. Há um conjunto de opções que a Junta tomou e assumiu. A responsabilidade da gestão do território não é só da Junta de Freguesia, mas também do Município, que fez um investimento muito menor. Circunscreveu o seu investimento à propriedade privada do Município, enquanto a Junta teve o cuidado de envolver todo o



comércio local e de criar uma dinâmica no centro da cidade. Se calhar poderia ter sido noutra sítio, mas como era impossível ter uma animação que abarcasse toda a Freguesia, escolheram o centro da cidade. Respondendo a Tavares Queijo (PS) afirma também lamentar a sua própria ausência na Tomada de Posse. Afirma ter visto fotografias da Tomada de Posse e nenhuma das pessoas presentes esteve quando o Abílio de Sá tomou posse do estádio. E ele esteve. No dia em que houve um problema e sério, ele esteve lá e falou com o Abílio de Sá, tendo este permitido que o estádio fosse utilizado até à Tomada de Posse. Não viu o João Morgado, o Presidente da Câmara ou um conjunto de pessoas que lá estavam a pendurar cachecóis, no dia em que o Abílio de Sá disse que queria as pessoas de lá para fora, porque o estádio lhe pertencia, dia em que o Clube o chamou para que ajudasse. No dia anterior à Câmara efetivar a Tomada de Posse, foi o dia em que o Abílio de Sá lhe ligou a dizer que a questão estava resolvida e não era preciso entregar a chave, porque o prazo da entrega do estádio tinha terminado no final do mês outubro. Prazo este que depois foi alargado ao final do mês de novembro, e que no dia em que terminava o prazo concedido pelo Abílio de Sá à Direção do clube ainda não havia comunicação nenhuma entre a Câmara e o escritório de Advogados. O telefonema que fez ao Abílio de Sá teve a duração de dez segundos, com ele a dizer “eu não quero saber, entreguem-me as chaves”. Só não entregaram as chaves porque fizeram um entendimento abusivo de que o dia só terminava à meia-noite e que a partir das vinte horas já não era possível encontrar ninguém a quem entregá-las, e como dia um de novembro era feriado, conseguiram ganhar tempo até ao dia dois para entregar. É verdade que não esteve presente, é verdade que no dia lhe telefonaram a perguntar se não ia, mas era um ato administrativo da Câmara e ninguém o convidou para estar presente. João Morgado (PS) pediu a palavra para dizer que o Presidente da Junta esclareceu o porquê de não ter ido à Tomada de Posse e que sabe bem que não lhe deu conhecimento quando o Abílio de Sá foi tomar posse no terreno. Luís Ramalho, Presidente da Junta, pediu novamente a palavra para responder a João Morgado, dizendo que a fonte que lhe disse que ia haver uma Tomada de Posse administrativa desta vez, também sabia da Tomada de Posse do Abílio de Sá, pelo que o podiam ter avisado. Assim, não acata essa responsabilidade. -----

Findas as intervenções, Raul Santos, Presidente da Mesa, pôs à votação para aceitação para discussão o Voto de Louvor à Casa do Povo de Ermesinde, apresentado pelo PS, tendo sido aprovada por unanimidade. Como era sua opinião que os Membros da Assembleia não iriam levantar qualquer problema relativamente ao Voto de Louvor, Raul Santos questionou de



seguida se alguém queria usar da palavra, como a resposta foi negativa, pôs logo à votação tendo sido aceite por unanimidade. Pôs de seguida a Moção apresentada pelo BE à votação para aceitação para discussão, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Mesa, Raul Santos, deu continuidade à Ordem de Trabalhos. -----

Ponto dois: Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior. -----

O Presidente da Mesa, Raul Santos, começou por informar de três correções, uma relativa a uma troca de letra e duas relativas ao nome da rua Primeiro de Dezembro. Como não houve mais nenhuma proposta de alteração, a Ata foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não entraram nesta votação os Membros Pedro Miguel Sousa (PS), António Alberto Sousa (PS), Luís Manuel Santos (BE), Carlos Coutinho Conceição (CDU), Ângela Alexandra Bragança (PSD) e Vasco Filipe Moreira (PSD) por não terem estado presentes na referida Assembleia de Freguesia. -----

Ponto três: Discussão e votação do Regulamento dos Cemitérios. -----

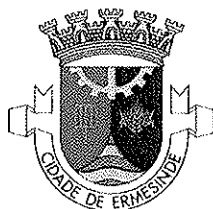
Diva Ribeiro (PS) refere algumas alterações, destacando a alteração ao artigo sessenta e três, porque se vai discutir mais adiante o congelamento da atualização das taxas de dois mil e dezassete, congelamento este que é proposta do Presidente, e que o PS, ao longo dos seus mandatos sempre concordou, apesar de muitas vezes nem se justificar porque a taxa de inflação era praticamente nula. A alteração a este artigo reflete um aumento das coimas, ou seja, neste momento as coimas que constavam no anterior Regulamento passam a ser o valor mínimo do intervalo que agora consta neste artigo, o que representa um aumento de duzentos por cento. Teresa Raposo, Secretária da Junta de Freguesia, explicou, na reunião do Executivo, que estes intervalos derivam da lei e que é opção política que os valores antigos passem a ser os valores mínimos do intervalo, porque se fossem os valores máximos não haveria aumento. Termina afirmando que por este motivo, os eleitos do PS irão votar contra. Como não houve mais intervenções, Raul Santos pôs o Regulamento dos Cemitérios à votação, tendo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD e CDU, votos contra do PS e abstenção do BE. -----

Ponto quatro: Discussão e votação da alteração ao Regulamento das taxas, no que diz respeito aos incumprimentos. -----

Diva Ribeiro (PS) tomou a palavra referindo que as alterações se referem novamente a aumentos e como este documento foi disponibilizado tardiamente aos elementos do Executivo não houve oportunidade de o ler com a devida atenção, pelo que o voto da bancada do PS



será contra, também pelo motivo do ponto anterior. Luís Ramalho, Presidente da Junta, pediu a palavra para afirmar que não é verdade que o documento tenha sido disponibilizado tardiamente, uma vez que ele foi objeto de discussão pública, cujo processo se iniciou em agosto, tendo sido explicado aos Membros do Executivo e a quem esteve presente na reunião do Executivo. Diva Ribeiro (PS) tomou a palavra para retificar que se referia à versão final documento. O Presidente da Mesa, Raul Santos pôs a mesma à votação, tendo havido um empate, com os votos a favor do PSD, votos contra do PS e abstenção do BE e CDU. Assim, coube ao Presidente da Mesa desempatar, mantendo o seu voto contra e a reprovação do ponto quatro da Ordem de Trabalhos. Depois desta votação, o Presidente da Mesa informou a Assembleia que o Presidente da Junta Luís Ramalho, o alertava para o facto de esta votação inviabilizar a aplicação do Ponto três da Ordem de Trabalho e dava a palavra ao mesmo para um melhor esclarecimento. Tomada a palavra, o Presidente da Junta Luís Ramalho afirmou que o Regulamento do Cemitério foi aprovado com a aplicação das coimas nestes moldes, se agora as taxas são rejeitadas, incorre-se numa situação de ilegalidade. Sugere que os trabalhos sejam interrompidos para que se encontre uma solução. Diva Ribeiro (PS) tomou a palavra para afirmar que não aceitariam nova votação do ponto quatro, sem que se vote novamente o ponto três. Paulo Sousa (PSD) interveio para afirmar que se o Regulamento foi aprovado e as Coimas não, quem votou de forma diferente é que deve resolver a situação. Luís Ramalho, Presidente da Junta, tomou a palavra informando que esta alteração nas taxas decorre da Lei, que cada coima tem de ter um valor mínimo e um valor máximo. Como no Regulamento anterior só tinha um valor, era coima única, este valor passou a ser a coima mínima para que quem prevaricar agora, não seja beneficiado em relação a quem regularizou antes de este Regulamento ser aprovado. Termina dizendo que o documento esteve em discussão pública desde agosto. Diva Ribeiro (PS) pergunta se o aplicado será o valor máximo e depois cabe a um instrutor analisar o processo e ver se há a possibilidade de aplicar o valor mínimo. Teresa Raposo, vogal secretária, informa que a coima máxima é aplicada como último recurso, se for reincidente, por defeito é sempre aplicado o valor mínimo. Sílvia Silva (CDU) questionou qual a percentagem de infratores. Teresa Raposo responde que há bastantes incumprimentos, principalmente em situações de falta de averbamentos. O Regulamento também prevê que se as pessoas quiserem regularizar as situações após primeira notificação, a coima será reduzida para metade, por exemplo. Raul Santos, Presidente da mesa, suspendeu os trabalhos por cinco minutos para que os vários Partidos tentassem encontrar uma solução. Retomados os



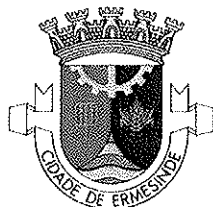
trabalhos, Paulo Sousa (PSD) propôs repetição da votação do ponto quatro. O Presidente da Mesa, Raul Santos, afirmou que a repetir a votação do ponto quatro ter-se-ia de repetir a do ponto três e perguntou se alguém se opunha. Diva Ribeiro (PS) afirmou que concordavam com a repetição dos pontos com base no princípio de solidariedade que deve existir entre os dois órgãos. Assim, Raul Santos pôs à votação os pontos três e quatro, tendo ambos sido aprovados por maioria, com os votos a favor do PSD e CDU, votos contra do PS e abstenção do BE. De seguida pôs a votação a aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto cinco: Deliberação sobre congelamento da atualização das taxas para dois mil e dezassete, de acordo com a Deliberação da Junta de Freguesia. -----

Como ninguém usou da palavra, o Presidente da Mesa pôs à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida pôs a votação a aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto seis: Discussão e votação do Mapa de Pessoal, Plano de Atividades, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para dois mil e dezassete. -----

Luís Santos (BE) tomou a palavra começando por afirmar que após breve análise do Plano de Atividades e Orçamento concluem que estão perante mais um documento de gestão corrente do que de um verdadeiro Plano e Orçamento, em que as despesas correntes representam cerca de noventa e dois por cento do total orçamentado. Se umas rubricas lhes parecem acertadas e exequíveis outras há que parecem estar lá apenas para figurarem nos documentos, sendo o caso das rubricas mencionadas nos documentos desde há muitos anos sem que tenham um fim à vista, como a requalificação do Largo António Moreira Canório, a criação das hortas comunitárias, entre outras. Outras rubricas merecem a atenção do BE, como a aquisição de equipamento para o centro de cremação. Neste mesmo capítulo das Infraestruturas, nas ações a desenvolver diz-se "Manter a intenção de realizar um estudo de viabilidade económica do projeto de instalação do crematório". Assim, questiona se se vai comprar equipamento quando ainda se está na intenção de um estudo de viabilidade económica do projeto? Continua dizendo achar positivo que se façam campanhas de limpeza e higiene urbana, mas que lhe parece pouco eficaz a campanha C.A.C.A, sem que haja uma forma de fiscalizar e até punir os infratores, algo previsto no Regulamento das coimas. Outra referência neste plano é a de manter e preservar as margens do Rio Leça, algo que duvida ser competência da Junta de Freguesia. Termina dizendo que estes concluem que este Orçamento não corresponde aos anseios da população, pelo que votarão contra a sua aprovação (esta



intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número dez**, fazendo parte integrante da mesma). Sílvia Silva (CDU) interveio para deixar algumas notas. Começa com a expressão “visão holística e integrada” que parece bastante exagerada e um pleonasmo. Passa para o crematório afirmando que lhe parece bem a realização de um estudo de viabilidade económica do projeto, mas que seria melhor esperar pelo estudo antes de adquirir material, mas pelo valor se calhar é apenas para manter a verba aberta. Depois afirma que quase no final fala da criação das condições para a implementação de um circuito de produção de energia para autoconsumo utilizando o desperdício resultante da manutenção dos jardins, algo que traduzindo é uma central de biomassa, havendo uma no país, as suas dúvidas são se teremos material suficiente para alimentar a central, se a Junta vai avançar sozinha ou se fará parcerias e onde se vai localizar. Continua referindo a criação de uma quinta pedagógica, perguntando se já existe uma localização pensada. Passando para a questão do alargamento do universo de beneficiários das bolsas, na área da Educação, questiona se vai haver um aumento da verba, porque não conseguiu descortinar no orçamento onde está este aumento. Na área da Ação Social, questiona em que consiste a dinamização do conceito das Lojas Sociais. Referindo o Fundo de Emergência Social, questiona se não é competência da Junta, de tal forma que dez mil euros lhe parece de mais. Passando para o Desporto, refere ser uma boa ideia a criação do Museu Etnográfico, querem que se concretize, questionando se já há um local pensado e parcerias. No calendário das atividades, refere ter duas datas para a Prova do Carrinho de Rolamentos, questiona se serão para se fazer duas ou se houve duplicação. No que diz respeito ao Conselho da Cidade, diz que reunir o Conselho da Cidade sempre que necessário é sempre uma mais-valia, e se o Regulamento prevê reuniões a cada seis meses e se ainda se refere reunir sempre que se considerar ser uma mais-valia então estaremos a falar de reuniões extra, o que é uma grande evolução. Passando para “fomentar uma maior participação da população realizando reuniões regulares com os representantes dos diversos lugares”, questiona quem são estes representantes. Afirma concordar que se crie uma nova imagem da página da web, mas afirma que deveríamos começar por manter atualizada a que já existe, que não contém nenhuma Ata de dois mil e dezasseis, nem da Junta nem da Assembleia, nem estão identificados os Membros do Executivo e da Assembleia. Como nota final questiona quais os projetos que estão dependentes de financiamento europeu. Termina a sua intervenção com uma declaração de voto, afirmando que este Plano de Atividades é uma cópia dos anteriores, com alterações de pormenor, de tal forma que concluem que a atividade da Junta se baseia



essencialmente na gestão diária dos serviços e de que tudo o resto não sai do papel. Assim, teriam muitas razões para votar contra, mas como não querem ser acusados de não deixarem os outros trabalharem, vão abster-se (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número onze**, fazendo parte integrante da mesma). Diva Ribeiro (PS) começa por afirmar que este Plano é um plano de um mandato, pelo que há uma continuidade, verificando-se a retirada de umas atividades e a inclusão de outras e algumas mudanças de palavras. Foi decisão política do PS não apresentar nenhuma proposta de atividades, porque entende que já o fez e algumas não foram postas em prática. Assim pede alguns esclarecimentos. Na área da Educação, questiona em que consiste este alargamento do universo dos beneficiários. Na área da Ação Social, questiona em que consiste a dinamização do conceito das Lojas Sociais, quando na última Assembleia de Freguesia referiu encerrar uma das lojas; verificam, também, uma troca de palavras, de “gestão” por “dinamização” do Fundo de Emergência Social, que concordam, porque como tem pouca execução deve ser dinamizado. E, aproveitando para responder à CDU, afirma que este fundo tem e deve ser gerido pelo Executivo, porque foi criado por este Executivo, por instrução do PS, no anterior mandato. Questiona em que se baseia o Presidente da Junta para afirmar que “o apoio social é e continuará a ser uma das prioridades deste Executivo”. No Empreendedorismo, em que consiste o apoio da iniciativa empresarial tendo em vista a promoção do emprego e do seu sucesso. Passando para a área da Organização Administrativa e Recursos Humanos, na Revisão da Norma do Controlo Interno, gostaria de saber que normas e procedimentos, que estão em vigor, já não satisfazem a necessidade da Junta para que haja uma revisão e porque é que ainda não foi feito, uma vez que é um ponto que já vem de anos anteriores. Relativamente à Dinamização da página Web, concordam com a CDU, afirmando que primeiro se devia atualizar a página existente e que gostaria de ver os dois documentos hoje aprovados nesta Assembleia, e que entram em vigor amanhã, automaticamente disponíveis na página para que as pessoas os possam consultar. O facto de a página estar permanentemente desatualizada pode vir a trazer problemas ao Executivo, de futuro. Passando para o Orçamento, mais uma vez existem muitas rubricas abertas só com cinquenta euros, que serão reforçadas aquando da transferência do saldo de gerência. Constatam que, pelo segundo ano, o Presidente decide reforçar rubricas de despesas de capital e deixar rubricas de despesas com o pessoal só com cinquenta euros. Analisando as despesas de capital, verificam-se quais as obras e investimentos que o Presidente pretende dar prioridade, porque reforçou, de tal forma que



vão aguardar pela próxima Assembleia para ver o que conseguiu executar, uma vez que tem alegado dificuldades de tesouraria. Não havendo mais intervenções, Raul Santos, Presidente da Mesa, deu a palavra a Luís Ramalho, Presidente da Junta, para que respondesse aos Membros da Assembleia. Começou por questionar Diva Ribeiro (PS) qual rubrica de salários que estava com apenas cinquenta euros. Após ouvir a resposta, informa que são todas aquelas que não se espera usar. Relativamente à questão do estudo de viabilidade económica do projeto do crematório, começa por afirmar que este é um projeto que já vem do mandato anterior, e que sempre assumiu que avançaria quando houvesse cofinanciamento para avançar com este investimento, uma vez que não têm capacidade financeira para, de forma arrojada e com fundos próprios, poder fazê-lo. Se o seu interesse fosse uma Parceria Público-Privada, já teríamos um Centro Crematório, uma vez que no seu primeiro mandato a Servilusa mostrou interesse em explorar um Centro Crematório no nosso cemitério, mas se mostrou interesse é porque é rentável e se assim for então explora a Junta de Freguesia. Continua afirmando que, junto com o João Morgado (PS), visitou o Centro Crematório em Paranhos e que o investimento passou os quatrocentos mil euros, o que quer dizer que avançar com fundos próprios para este investimento não será exequível nesta fase, e em vários momentos de discussão de documentos estratégicos esclareceu Diva Ribeiro (PS) que seria para avançar caso houvesse financiamento para suportar parte desse investimento. Relativamente à criação das condições para a implementação de um circuito de produção de energia para autoconsumo, diz que não tem que ser uma central de produção de energia elétrica. Para ele é suficiente a substituição do sistema de aquecimento do edifício da Junta de Freguesia por uma caldeira a biomassa, porque vai permitir que quer a estilha quer a madeira que é retirada dos processos das podas e manutenções dos jardins possa alimentar o circuito de água quente e reduzir a fatura energética de cerca de dois mil e quinhentos euros por mês, nesta altura do inverno, para um valor muito mais aceitável. Em relação à quinta pedagógica, uma sugestão do BE, afirma que a sua resposta na altura foi de não serem ambiciosos, mas que nos terrenos dos Montes da Costa, depois de serem vedados, se pode começar a pensar num projeto destes, dando o exemplo de colocar animais para garantir a limpeza do próprio espaço. Diz ter sugerido ao Seminário do Bom-Pastor que iniciassem um projeto destes, porque levam as crianças para Gaia, para o parque biológico, e para Braga, para a quinta pedagógica, quando temos aqui um espaço com as condições para poder acolher este investimento. Mas a ideia é que um passo seja dado de cada vez. Alargar o universo dos beneficiários das bolsas de estudo



prende-se com o simples facto de que o regulamento diz que os beneficiários de ação social escolar não se podem candidatar à bolsa de estudo. Quando criaram as bolsas de estudo foi para abranger os alunos que não tinham qualquer apoio, muitas das vezes por uma diferença de valor de dez euros de rendimento mensal. E quem ganha mais dez euros que um estudante de escalão B não é rico o suficiente para poder fazer face às despesas de educação, sem que isso seja um encargo financeiro muito significativo. A verdade é que, setenta por cento das candidaturas que recebem são rejeitadas à partida, porque todos eles são beneficiários da ação social escolar, e as pessoas ficam muito indignadas porque não podem ser beneficiárias das duas. Na altura, com o BE, a discussão levantou-se, porque não faz qualquer sentido apoiar duplamente o mesmo agregado e ter agregados que estão em situação de dificuldade, mas que não se candidatam a este fundo. Uma coisa que têm reparado nestes dois anos de implementação é que há um desfasamento de datas, ou seja, como as pessoas se candidatam no início do ano escolar à ação social escolar e o período de candidatura deste fundo é coincidente com o período de candidatura à ação social escolar, e como sabem que à partida vão ter os requisitos necessários para beneficiar da ação social escolar, não apresentam a candidatura, porque ficam na expectativa, ou candidatam-se aos dois, porque ainda não sabem os resultados. Mas desfasamento de datas trás um problema acrescido que é ao desfasarem os períodos de candidatura significa que o apoio só poderá ser garantido a partir de janeiro, porque, por exemplo, a Câmara aprovou há quinze dias a lista dos alunos beneficiários da ação social escolar. Isto porque só se candidatam depois do período escolar iniciar, os processos são instruídos, e em dezembro é que são comunicados dos resultados. Por isso temos de assumir que o período de candidatura é posterior a essa altura e é esse estudo que tem de ser feito com as escolas, para tentar perceber uma forma de efetivamente apoiar as famílias, porque apresenta dificuldade em lançar o apoio para um ano letivo, com este já a meio. Termina este assunto afirmando que a ideia de alargar o universo de bolsas de estudo não é aumentar a verba mas potenciar a utilização e garantir que a verba é utilizada para aquele universo, até porque o número de alunos beneficiados já está definido em sede de regulamento. Passando para a dinamização das Lojas Sociais, informa que a ideia é abrir as portas para a comercialização dos bens *online*, isto é, disponibilizar o catálogo de bens online, não sendo necessário ter vários espaços abertos, e as pessoas poderem adquirir os bens através do próprio *facebook*. Em relação à dinamização do Fundo de Emergência Social, já não fazem a instrução dos processos, que antigamente era exclusiva da Junta de Freguesia. Neste



momento, este fundo é utilizado, na sua esmagadora maioria, para colmatar o hiato de tempo em que os beneficiários de RCI aguardam enquanto saem dos programas de emprego e inserção mais e voltam a receber a prestação, que muitas das vezes é de três meses. No que concerne à questão do Museu Etnográfico de Ermesinde, diz terem consciência de que sozinhos não o conseguem fazer e esta foi uma reivindicação junto da Câmara Municipal. A sua proposta inicial era de que o Museu Etnográfico fosse instalado na Vila Beatriz, precisamente porque é onde está instalado o CMIA (Centro Monitorização Interpretação Ambiental) que não é dinamizado. A casa reúne condições fantásticas porque é uma casa senhorial com um espaço exterior fantástico, que permite que sejam expostos artigos no exterior sem que haja grande impacto na sua envolvência, e lá dentro as estantes e vitrinas estão montadas e subaproveitadas com informação do CMIA, desde a sua fundação. A verdade é que a Câmara por insistência sua tem vindo a incluir este projeto em PPI nos últimos três exercícios, mas este ano o Presidente da Junta não insistiu e o projeto caiu na Câmara. Não acha que seja um projeto que a Junta deva abandonar, no entanto, da mesma forma como há espaços dedicados ao Bugio, ao Brinquedo, ao Biscoita e á Regueifa, também deve haver um onde possam colocar as memórias da nossa cidade e onde possam levar os alunos. Passando para a Prova do Campeonato Nacional de Carrinhos de Rolamentos, está em dois meses porque se está à espera da disponibilidade da Associação Nacional do Carrinho de Rolamentos, sendo que só será feita num dos meses. A ideia é que, se possível, seja combinada com a Semana da Juventude, se não, será num evento à parte. Relativamente à questão dos Representantes dos Lugares da Freguesia, diz não haver figura formal dos Representantes. Não têm de ser dirigentes das coletividades, que muitas vezes vivem para si e não conhecem a realidade que as rodeia, mas elementos influentes nos lugares e a ideia é reunir com eles de forma a auscultar os anseios daqueles lugares da população. Referindo-se à criação da nova imagem da página web, afirma que esta está associada, basicamente, à criação de uma página nova. A que existe foi criada com o acompanhamento de Sónia Sousa (CDU), em dois mil e seis, e na altura era excelente. Sempre tiveram dificuldade de inclusão e manipulação de conteúdos, só as notícias eram fáceis de pôr. E foram carregando conteúdos, que estão associados a um domínio, onde estão pendurados os *emails*, de tal forma que estão a ter problemas com os *emails*, e a solução tem de ser integrada. Tem de ser visto o alojamento, o *design* da página, e orçamento mais fiável que têm é de cerca de quatro mil euros. Fizeram uma candidatura há pouco tempo, no âmbito da modernização administrativa, para ver se este investimento era



incluído numa linha de financiamento. Como as Câmaras Municipais têm um papel importante na distribuição dos fundos comunitários, a resposta que receberam foi de que não eram elegíveis, apesar de o aviso de abertura dizer que os destinatários daquela linha de financiamento eram as Autarquias Locais, mas em sede de Regulamento restringiram aos Municípios. Relativamente à questão do apoio ao Tecido Empresarial, a ideia é criar espaço que sirva de interface a quem quer instalar a sua empresa em Ermesinde, sendo um facilitador, mostrando os espaços disponíveis, por exemplo. No que diz respeito à revisão da norma de controlo interno, informa que esta vem todos os anos, e que a qualquer momento pode ser precisa. Termina esclarecendo que o apoio social é estratégico porque a Junta de Freguesia é a primeira entidade em que as pessoas vão bater à porta, muitas vezes antes de irem ao Centro Social, ao serviço de atendimento local, sendo assustador o número de pessoas que pedem emprego. O que lamentam é que a prática tenha sido alterada, porque, apesar de não terem contratos de trabalho ou concursos para abrir, muitas vezes usavam as Candidaturas de Emprego e Inserção, como os CEI e CEI mais, para poder ajudar e impulsionar, porque muitas vezes pior que a falta de rendimento ou de parte dele, é a falta de ocupação, o que neste momento tem sido impossível de articular com o Centro de Emprego. Diva Ribeiro (PS) pediu a palavra para esclarecer, relativamente à questão da página web, se não se tratava só de uma nova imagem, mas sim de colmatar uma série de problemas que a página atual tem, questionando se o orçamento apresentado contempla a disponibilização dos serviços *online*. Luís Ramalho, Presidente da Junta de Freguesia, responde que em princípio esse serviço não será feito através página web. -----

Raul Santos, Presidente da Mesa, pôs o documento à votação, sendo aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, voto contra do BE e abstenções do PS e CDU. De seguida pôs a votação a aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto sete: Relatório de Atividades da Junta. -----

Diva Ribeiro (PS) interveio para afirmar que na proposta inicial já fez algumas recomendações, porque mais uma vez o documento de síntese orçamental não foi disponibilizado, e questiona porquê, havendo um grande hiato temporal entre os dados apresentados e a data a que se reportam. Continua constatando que o único documento relativamente à questão financeira que é disponibilizado é o resumo diário de tesouraria, reportado a trinta de novembro, e verificam que o depósito a prazo de cento e sessenta e cinco mil euros já não existe, apenas há um depósito a prazo de cem mil euros o que traduz as dificuldades de tesouraria, já referidas



pelo Presidente da Junta. Como não houve mais inscrições, o Presidente da Mesa, Raul Santos, deu a palavra ao Presidente da Junta, Luís Ramalho, para que este respondesse. Este começa por agradecer as recomendações, mas informa que a periodicidade sugerida não é possível de ser cumprida, primeiro porque o relatório não é de caráter trimestral e depois, para que seja feito, pressupõe que o período seja encerrado pela Junta, verificado de seguida pela Gesnorte que só depois envia os relatórios. Mas esse documento nunca foi disponibilizado à Assembleia de Freguesia, ele apresentou-o porque achou que fazia sentido fazê-lo. Relativamente aos cento e sessenta e cinco mil euros do depósito a prazo, diz ter alertado para as dificuldades de tesouraria, porque há muitos pagamentos em atraso, por parte do Centro de Emprego. Informa que à data de hoje a situação da tesouraria deve ter mudado, porque tem havido uma avalanche de transferências parte do IEPF. Termina afirmando que se há hipótese de melhorar, vão fazê-lo. Diva Ribeiro (PS) tomou novamente a palavra referindo que o PS elogiou a maior transparência nos dados apresentados, mas não entende o porquê de não divulgar o documento. Luís Ramalho, Presidente da Junta, respondeu não ter ainda o documento e que o divulgará assim que o receber. -----

Finda a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa, Raul Santos, deu tempo para que as bancadas estudassem a Moção apresentada pelo BE. Paulo Sousa (PSD) tomou a palavra para informar que o PSD concorda com a Moção apresentada, mas sugeriu a inclusão de um novo ponto, com o texto "Cumprimento da Lei das Finanças Locais", como ponto três, passando o ponto três, da Moção apresentada, a ponto quatro. Como o proponente da Moção não se opôs à inclusão deste novo ponto, Raul Santos pôs a Moção à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Posto isto, o Presidente da Assembleia, deu por encerrada a reunião, com votos de boas festas.

O Presidente: _____

O Primeiro secretário: _____

O Segundo Secretário: _____



Anexo 1

VOTO DE LOUVOR

A **CASA DO POVO DE ERMESINDE** comemorou o seu septuagésimo quinto aniversário no passado dia 19 de novembro.

Fundada em 1941 desenvolveu ao longo do seu percurso as mais variadas atividades, sendo de salientar as de carácter social, cultural e desportivo, especialmente para os trabalhadores rurais e os de Previdência.

Desenvolvendo atividades com particular ênfase na área social, desde 1988 que conta com um Centro de Dia, onde atualmente cerca de 50 utentes podem usufruir de um conjunto de atividades que evitam o isolamento e a exclusão social. Em 2004 deu mais um passo na resposta às necessidades de carácter social com a abertura dos Serviços Domiciliários, permitindo que atualmente 35 utentes recebam cuidados físicos e psicossociais.

Na área cultural esta é preconizada pelo Rancho Folclórico, criado no ano de 2002 e que conta atualmente com 40 elementos.

É um motivo de orgulho para a Cidade de Ermesinde e presta um valoroso serviço à comunidade nas suas diferentes valências.

Pelo exposto, o Partido Socialista de Ermesinde propõe que a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, reunida a 16 de dezembro de 2016, atribua um Voto de Louvor à **CASA DO POVO DE ERMESINDE**, como reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo dos seus 75 anos.

Ermesinde, 16 de dezembro de 2016

OS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA DE ERMESINDE



CRÍTICA E RECOMENDAÇÃO À JUNTA DE FREGUESIA DE ERMESINDE SOBRE AS ÁRVORES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA FREGUESIA

Mais uma vez, neste outono, se vem assistindo à mal chamada "poda" das árvores dos espaços públicos de Ermesinde. Apesar de todas as tentativas por nós feitas ao longo de anos, de todas as explicações, continua-se a degradar e a desfigurar o já de si reduzido património arbóreo nos espaços públicos, da cidade, numa prática rotineira, sem qualquer explicação racional, sem qualquer saber fazer, sem nenhum fundamento técnico.

No ano anterior, pensamos que na sequência da nossa intervenção e pedidos à Câmara, houve uma espécie de trégua e as árvores foram deixadas em paz.

Com a transferência para a Junta de Freguesia da responsabilidade por estas coisas, chegamos a ter alguma esperança, embora sem grande fundamento, que seria posto fim a tais práticas.

Mas não. A má-vontade contra as árvores, pela amostra já vista, parece recrudescer. E é tanto mais lamentável por ter começado precisamente por um dos locais onde mais era preciso levar a cabo largos trabalhos de arborização séria e tecnicamente fundamentada – a Avenida João de Deus.

Assistimos também ao alastrar dos jardins de pedra, primeiro pela mão da Câmara, agora pela da Junta. Ou seja, está em marcha na freguesia a substituição dos pequenos jardins locais, por vezes apenas pequenos canteiros, por espaços cobertos de gravilha, calhaus, bocados de lousa, com uns manjericos no meio e plástico por baixo para não crescerem as ervas. Menos espaços verdes, menos área para a tão necessária infiltração das águas das chuvas, com as consequências desastrosas que são conhecidas.

Então onde estão as preocupações ambientais, de desenvolvimento sustentável, de perspetivas holísticas e integradas, plasmadas nas opções do plano da junta, que hoje aqui serão objeto de discussão e votação? O que se pode concluir é que tais declarações

de intenções passam, ano atrás de ano, duns documentos para os outros e são apenas frases bonitas mas vazias, sem qualquer correspondência, nem no orçamento, nem nas práticas, nunca executadas.

Pedimos à Junta que adopte uma atitude diferente desta. Cidades como o Porto ou a vizinha Maia abandonaram há muito estas práticas de decepar as árvores, ultrapassada e injustificada. Não é preciso ir lá fora, embora não falem bons exemplos. Basta ir a estas cidades nossas vizinhas para ver.

Os núcleos urbanos da nossa cidade são pobres em espaços verdes condignos, bonitos, bem tratados e bem arborizados. É necessário conservar o que existe. É preciso aproveitar o outono e o inverno, não para degradar os arvoredos e os espaços verdes existentes, mas sim regenerar os espaços verdes, para plantar mais árvores nas nossas ruas, praças e jardins, escolhendo espécies adequadas a cada situação e deixá-las crescer na sua forma natural.

Ermesinde, 16 de dezembro de 2016

Os eleitos da Coligação Democrática Unitária

Silva Silva
Carlos Coutinho



Intervenção

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia e restante Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Junta e restantes elementos do Executivo

Caros Membros da Assembleia de Freguesia

Exmo. Público

No passado dia 30 de Setembro de 2016, foi feita uma intervenção por parte do Partido Socialista acerca do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano na Freguesia de Ermesinde para 2016-2020.

Nesta intervenção, foi afirmado pelo Partido Socialista que: “não há nenhuma atitude discriminatória do atual executivo do Município de Valongo com os Ermesindeiros”, mas afirma que: “no que diz respeito à Prioridade de Investimento “Regeneração Urbana”, a freguesia de Ermesinde não receberá nenhum investimento do NORTE 2020 com base nesta prioridade. Isto porque esta Prioridade de Investimento implica que o Município tenha uma estratégia”. Também afirma que: “a freguesia não tem enquadramento de investimento nesta prioridade, não por negligência do atual executivo de Valongo, nem por sua opção política”.

Na verdade, o atual executivo desenvolveu a candidatura ao PEDU de forma egoísta, ignorando que o concelho é constituído por mais partes interessadas para além da própria câmara, como por exemplo as juntas de freguesia. Para se suportar, a câmara procurou apoio externo através de uma empresa cujo relatório afirma que, e repetindo aquilo que já foi apresentado a nesta assembleia de freguesia, “A cidade de maior dimensão do concelho de Valongo, Ermesinde, foi objeto de um número significativo de ações e investimentos no âmbito dos últimos quadros comunitários. Assim, neste novo ciclo de investimentos, a intervenção do PEDU de Valongo irá focar-se em Valongo, sede do Concelho...”.

Considerando que o último ciclo de investimentos foi realizado acerca de 20 anos, no entendimento do PSD, as mencionadas afirmações do Partido Socialista são certamente dúbias. Existe claramente uma atitude discriminatória do atual executivo, não existe uma estratégia para a freguesia de Ermesinde e por negligência, ou opção política, ignorando os diversos avisos por parte do PSD acerca da necessidade de criação de uma ARU em Ermesinde, tal não é ainda uma realidade para Ermesinde.


Na verdade, o PSD não procura aqui discutir o papel defensor que o Partido Socialista apresenta nesta Assembleia de Freguesia em relação ao atual executivo camarário, também do partido socialista, mas sim entender qual o papel que o Partido Socialista pretende desempenhar na defesa dos interesses dos Ermesindeiros. De acordo com a intervenção já menciona, denota-se um conformismo em relação à situação em que Ermesinde se encontra. Existirá uma reprogramação do investimento em 2017, onde certamente Ermesinde deve ser enquadrado e para o qual esta assembleia e todos aqueles que a representam devem lutar.

É importante que fique claro que o objetivo do PSD com esta intervenção não é o de promover um debate acerca do papel da Câmara mas sim o de reflexão sobre o papel dos elementos desta assembleia na defesa dos interesses da população que representam.

Ermesinde, 16 de Dezembro de 2016

Ermesinde, 16 de dezembro de 2016

Pel'A Bancada do PSD

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Dr. Augusto Rebelo Pereira", followed by a stylized flourish or mark.

MOÇÃO

Foi há 40 anos que se realizaram as primeiras eleições livres para as autarquias locais. Antes da revolução do 25 de Abril de 1974, até os presidentes das câmaras eram nomeados pelo governo.

Foi há 40 anos que, pela primeira vez, as mulheres puderam eleger e ser eleitas sem restrições associadas à sua situação familiar, profissional ou outra.

Apesar das transformações tão positivas introduzidas pelas autarquias nas infraestruturas locais ou nos apoios sociais, o seu papel não tem sido suficientemente reconhecido pelo Estado, que persiste numa atuação centralista.

A lei das finanças locais não tem sido totalmente cumprida. Exemplo disso, é o valor atribuído pelo orçamento do Estado a todas as freguesias do país, não passar de 0,13% do valor global, menos de 200 milhões de euros em cada ano.

A exigência das populações é que as autarquias respondam cada vez melhor aos problemas locais, sejam transparentes na sua atuação, aprofundem a participação pública e a democracia local. E para isso são necessárias mais competências e os adequados meios financeiros.

A Assembleia de Freguesia de Ermesinde reunida em sessão ordinária em 16 de Dezembro de 2016, delibera:

- 1. Saudar os 40 anos do poder local democrático;**
- 2. Reclamar a atribuição às autarquias de mais competências, com o correspondente financiamento;**
- 3. Salientar a importância da maior participação cidadã nas autarquias e o reforço da democracia local.**

3. Cumprimento da lei das finanças locais.

O Representante do Bloco de Esquerda





Anexos

Pedido de Esclarecimento e de Recomendação

Assunto: "Síntese de Execução Orçamental do 1º Semestre de 2016 - Quadro IV - Receita, despesa, saldo."

Exmo. Sr. Presidente da Mesa,

Após análise do documento "Síntese de Execução Orçamental do 1º Semestre de 2016", vimos por este meio solicitar que peça à Junta de Freguesia de Ermesinde, os seguintes esclarecimentos e proponha as seguintes recomendações.

Esclarecimentos:

Após análise do Quadro IV - "Receita, despesa, saldo", e verificando que foram introduzidas as melhorias sugeridas pelo Partido Socialista, na Assembleia de Freguesia de Junho do corrente ano, constatamos que no que diz respeito à despesa, todos os capítulos da **Despesa Corrente** (exceto o capítulo "Outras despesas") e da **Despesa de capital**, apresentam valores diferentes quando comparados com o somatório dos valores que constam do Orçamento para 2016 e da 1ª Revisão Orçamental de 2016, documentos estes aprovados por esta Assembleia. Assim, solicitamos explicações para estas diferenças, e que caso resultem de alterações orçamentais aprovadas pelo executivo, que nos sejam disponibilizadas cópias dessas alterações, para melhor compreensão dos valores apresentados no Quadro IV, na coluna "Orçamento 2016".

Recomendações:

Tendo por base os princípios orçamentais e contabilísticos, e relativamente à "Despesa Corrente", constatamos que nos Capítulos "Transferências" e "Outras Despesas" a desagregação não é a mesma utilizada nos documentos "Orçamento" e "Revisão Orçamental" que foram aprovados por esta Assembleia. A título de exemplo, referimos a rubrica "Coletividades", que não constam dos documentos que aprovamos. Por este motivo, e para que haja correspondência e coerência em todos os



documentos previsionais e de prestação de contas apresentados pelo executivo sugerimos que de futuro todo o documento "Síntese de Execução Orçamental" refira as mesmas designações das rubricas que constam do "Orçamento" e da "Revisão Orçamental" e que a desagregação no "Quadro IV" relativamente aos Capítulos "Transferências" e "Outras Despesas" se faça segundo a seguinte proposta:

04	TRANSFERENCIAS CORRENTES
040701	Instituições sem fins lucrativos
040702	Protocolos específicos
04080201	Fundo Emergência Social
04080202	Estágios
04080203	Programas ocupacionais
04080204	Outras
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
060201	Impostos e Taxas
060203	Outras

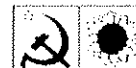
Por último queremos recomendar uma maior tempestividade relativamente ao reporte de dados que são apresentados neste documento. A informação prestada a este órgão deliberativo deve ser oportuna e transparente para que a tomada de decisão possa ser feita de forma consciente e responsável. Propomos assim o seguinte calendário:

Assembleia de Freguesia de abril	Síntese de Execução Orçamental reportada ao 1º trimestre
Assembleia de Freguesia de junho	Síntese de Execução Orçamental reportada a maio
Assembleia de Freguesia de setembro	Síntese de Execução Orçamental reportada a agosto
Assembleia de Freguesia de dezembro	Síntese de Execução Orçamental reportada a novembro

Ermesinde, 16 de dezembro de 2016

OS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA DE ERMESINDE

Diva Ribeiro



SAUDAÇÃO

O recente anúncio sobre a expropriação do Campo de Jogos do Ermesinde Sport Club 1936, veio pôr fim a um longo processo de dúvidas sobre duas questões que foram sempre consideradas por nós, muito importantes;

1º. – O colocar-se um ponto final na previsível construção habitacional nos Montes da Costa e a definição clara de que também no espaço onde desde sempre o Ermesinde Sport Clube agora 1936, praticou a sua principal atividade desportiva, não irá acontecer também essa possibilidade construtiva.

2º. – E não menos importante, o assumir da responsabilidade pela parte do Executivo Camarário, de que a Cidade de Ermesinde irá beneficiar no futuro, de um espaço municipal digno para a prática desportiva, a bem do ESC1936 e das outras coletividades, que verão consagradas também a possibilidade da sua utilização, uma vez que existe um amplo espaço a preparar, que com toda a certeza não deixará de beneficiar todos os ermesindenses.

Saudamos assim, a CM de Valongo, onde a CDU sempre acompanhou positivamente a conclusão deste processo, e principalmente a atual Direção do Ermesinde Sport Clube 1936, pela sua paciência, e luta constante, na forma como foi trabalhando todo este processo, sabendo distanciar-se de quezílias dos diferentes interesses instalados, e onde procuraram de uma forma ou de outra, tentar beneficiar com a sua intransigência, a defesa dos interesses do seu Clube. Bem hajam.

16 de dezembro de 2016

A CDU

Silva Silva

Paulo Coutinho



Intervenção

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia e restante Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Junta e restantes elementos do Executivo

Caros Membros da Assembleia de Freguesia

Exmo. Público

Mais uma vez, a Junta da Freguesia de Ermesinde leva a cabo as comemorações do Natal.

10 dias de atividade ininterrupta, recheados de participação, quer das associações quer de artistas de renome vão encher o Largo da Estação de vida e de alegria.

Esta atividade vinca a qualidade e originalidade a que já nos fomos habituando. A capacidade de estabelecimento de parcerias, manifestada nesta organização, é prova inequívoca da confiança depositada pelo Comércio Local. Este ano, para além da AIEV – Associação Industrial e Empresarial de Valongo, associaram-se a esta iniciativa mais de 90 empresas locais.

É nossa opinião, que tal só se consegue através de muito trabalho, dedicação e proximidade, que esta Junta, liderada por Luís Ramalho, tem sabido incutir e desenvolver.

O Comércio Local, a população de Ermesinde bem como a Junta de Freguesia e os seus colaboradores estão de Parabéns.

Ermesinde, 16 de dezembro de 2016

Pel'A Bancada do PSD

Junta Zuzenine

Boas Festas e um Bom ano 2017.



Anexo 8

O Partido Socialista sabe que os festejos de Natal, organizados e da responsabilidade da Junta de Freguesia de Ermesinde, se iniciaram a 14 de Dezembro e terminam a 23.

Sabemos que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia justificará não ter dinheiro para realizar outros eventos.

O Partido Socialista entende que estes e não outros, são unicamente escolhas políticas. ~~Como é lógico, a escolha de datas para fazeremos diferente.~~

Todos nós associamos o Natal, ao frenesim das compras, à entrada e saída de pessoas dos estabelecimentos, ao passeio pelas ruas, à música e à iluminação do Natal.

Parece-me não ser mais possível que o centro de Ermesinde se não ilumine durante a quadra natalícia. Os eventos terminam a 23, as pessoas ainda farão compras de Natal a 24, sem qualquer ambiente natalício.

O que diriam os nossos filhos e netos se recebessem os presentes de Natal numa sala onde não estava o pinheirinho todo iluminado.

Diriam com toda a certeza, que não era Natal.

Nesta época do ano, a beleza das cidades mede-se pela sua iluminação natalícia. Alguns de nós foram ao Porto assistir à ligação da mesma iluminação e reconhecemos que é agradável ver a cidade iluminada.

Ermesinde está triste e apagada e pior ficará depois do dia 23 de Dezembro, o que lamentamos.



Começo a minha intervenção por felicitar a Câmara Municipal de Valongo e o seu Senhor Presidente pela forma assinalável como vão resolvendo os problemas desta cidade, agora a Escola Secundária e o Estádio de Sonhos.

Relativamente à primeira e apesar de todas as injustas críticas que aqui foram feitas, a requalificação da ESE vai avançar depois de ter sido travada durante anos, nas circunstâncias que todos sabemos.

Foi graças à persistência e serenidade da Câmara Municipal de Valongo que se conseguiu um acordo com o Governo, para que aquele estabelecimento seja requalificado

Relativamente ao Estádio. Como todos sabemos no passado dia 07 de Dezembro, pelas 10H00, a Câmara Municipal de Valongo tomou posse administrativa daquele equipamento desportivo.

Agora já não é necessário perder-se aquele equipamento ou o dos Montes da Costa, o circuito de manutenção, demolir o lavadouro da rua de Chãos, nem alterar, nem eu sei muito bem como seria, a nascente o Rio Tinto.

Mais um problema solucionado, lamentando o Partido Socialista que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde não tenha feito parte da solução do mesmo.

Plano de Atividades e Orçamento para 2017

Após breve análise ao Plano de Atividades e Orçamento desta Junta de Freguesia para o ano de 2017 concluímos que estamos perante mais um documento de gestão corrente do que de um verdadeiro Plano e Orçamento.

De facto, as despesas correntes representam cerca de 92,3% do total orçamentado enquanto que as despesas de capital apenas representam 7,7% do orçamento.

Se umas rubricas parecem-nos acertadas e exequíveis como, por exemplo, no capítulo da Organização Administrativa a intenção de criar uma nova imagem na página web e a disponibilidade de serviços on-line, outras rubricas há que nos parece que estão lá apenas para figurarem nos documentos e não passarem disso.

É o caso das rubricas mencionadas nos documentos desde há anos sem que tenham fim à vista, como a requalificação do Largo António Moreira Canório, Largo do Mercado, do parque infantil de Sonhos, da criação do roteiro turístico ou do museu etnográfico, da criação das hortas comunitárias ou a plantação ou replantação de árvores nos locais a elas destinados.

Outras rubricas mereceram a nossa atenção, como a aquisição de equipamento para o centro de cremação (dotada em 100,00 euros). Nesse mesmo capítulo das Infraestruturas, nas ações a desenvolver, diz-se: "Manter a intenção de realizar um estudo de viabilidade económica do projeto de instalação do crematório..."! Então, já se vai comprar equipamento quando ainda se está na intenção de um estudo de viabilidade económica do projeto? Sendo assim, a compra de equipamento será para ser guardada em armazém!

Um outro apontamento queria deixar: Acho positivo que se façam campanhas de limpeza e higiene urbana, mas a da C.A.C.A. nos passeios e jardins públicos parece-me pouco eficaz, sem que haja uma forma de fiscalizar e até punir infratores quando estes passeiam os seus animais e não apanham os dejetos. No Regulamento das coimas está lá previsto. Mas quem irá fiscalizar?

Uma outra referência neste plano é a de manter e preservar as margens do rio Leça. Sobre isto, tenho dúvidas que seja uma competência da Junta de Freguesia.

Posto isto, concluímos que este Orçamento não corresponde aos anseios da população, pelo que votaremos contra a sua aprovação.

Ermesinde, 16 de dezembro de 2016

O Representante do Bloco de Esquerda



Luís Santos

DECLARAÇÃO DE VOTO

Este plano de atividades é mais do mesmo, uma cópia dos anteriores com alterações de pormenor.

Podemos, por isso, tirar duas conclusões:

A primeira é de que a atividade da Junta de Freguesia se baseia essencialmente na gestão diária dos serviços como a limpeza, atendimento, etc

A segunda é de que tudo o resto não sai do papel.

Este é um plano de intenções cheio de palavras caras, mas que não passa à prática e que não traz nada de novo.

Teríamos muitas razões para votar contra, mas não queremos ser acusados de não deixar os outros trabalhar por isso a CDU vai abster-se.

8/maio
Carly Coutinho